



Revista grifos

E-ISSN: 2175-0157

grifos@unochapeco.edu.br

Universidade Comunitária da Região de

Chapecó

Brasil

Da Rocha, Humberto José; Carneiro Nunes, Leonardo André Felipe  
BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR  
BARRAGENS (MAB) NA BACIA DO RIO URUGUAI E O CONFLITO DA FUTURA USINA  
HIDRELÉTRICA EM ITAPIRANGA (SC)  
Revista grifos, vol. 26, núm. 42, 2017, pp. 251-266  
Universidade Comunitária da Região de Chapecó  
Chapecó, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=572967132012>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

# BREVE PANORAMA HISTÓRICO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS (MAB) NA BACIA DO RIO URUGUAI E O CONFLITO DA FUTURA USINA HIDRELÉTRICA EM ITAPIRANGA (SC)

---

Humberto José Da Rocha\*

Leonardo André Felipe Carneiro Nunes\*\*

## Resumo

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) possui parte de suas raízes na bacia do rio Uruguai. Devido à proximidade do Sudeste brasileiro e à geografia do rio, os estudos realizados no rio Uruguai na década de 1960 constataram que a bacia do rio Uruguai era bastante apropriada para a expansão do setor hidrelétrico. O processo social correspondente à hidrelétricidade no Brasil é caracterizado por paradoxos como o de um desenvolvimento econômico marcado pela expansão do parque gerador, que, predominando a matriz hidrelétrica, contrasta com a inundação de milhares de quilômetros de terra onde vivem comunidades locais que foram remanejadas compulsoriamente. A organização dos atingidos por barragens tem seus primeiros passos datados ainda no final da década de 1970, durante a ditadura militar. É no contexto da luta da retomada dos direitos civis e políticos que várias organizações e lutas sociais emergem. Os estudos técnicos e socioambientais, bem como os conflitos políticos e sociais que envolvem a construção da barragem de Itapiranga já ocorrem há mais de três décadas. O desgaste promovido por este impasse fica bastante evidente diante dos relatos de todos os atores envolvidos. A metodologia utilizada neste trabalho compreende a revisão bibliográfica de produções acadêmicas sobre a construção de UHEs na bacia do rio Uruguai e sobre o MAB. Utilizamos, também, a observação participante em eventos organizados pelo movimento. Interpretamos os textos documentais e os debates que aconteceram durante eventos e atividades do MAB a partir da metodologia de análise de conteúdo, segundo Chizzotti (1995) e Moraes (1998).

**Palavras-chave:** Rio Uruguai. MAB. UHE Itapiranga. Conflito Social. Oportunidade Política.

---

\* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Erechim/RS, vinculado ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da UFFS – Chapecó/SC. E-mail: humberto.rocha@uffs.edu.br

\*\* Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul UFFS – Chapecó/SC, bolsista da Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (FAPESC). E-mail: leonardo.canisso@gmail.com

## Introdução

O presente trabalho é parte integrante dos estudos desenvolvidos no âmbito do Projeto de Pesquisa intitulado “Atualidade dos Movimentos Sociais na Fronteira Sul”, financiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de Santa Catarina (Fapesc). O artigo busca apresentar brevemente a forma como se deu a criação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) na bacia do rio Uruguai, enfatizando o panorama histórico do conflito inerente à implantação da futura usina hidrelétrica (UHE) de Itapiranga (SC). O projeto que contempla a construção dessa usina hidrelétrica busca se justificar pela necessidade de ampliação do setor energético brasileiro a partir da década de 1970.

O processo social correspondente à hidreletricidade no Brasil é caracterizado por paradoxos como o de um desenvolvimento econômico, marcado pela expansão do parque gerador, que, predominando a matriz hidrelétrica, contrasta com a inundação de milhares de quilômetros de terra onde vivem comunidades locais que foram remanejadas compulsoriamente. É devido à imperatividade dos empreendimentos do setor elétrico brasileiro, principalmente as construções de grandes barragens de geração de energia elétrica a partir da hidroeletricidade, que a cada dia os estudos e as problematizações das causas e efeitos dessas obras se apresentam nas Ciências Sociais.

A abordagem sociológica utilizada nesse artigo utiliza os conceitos de “Conflito Social”, de Georg Simmel (1983), e “Oportunidade Política”, de Sidney Tarrow (2009). A partir da década de 1970, no momento mais tenso da ditadura militar brasileira, a luta de diversas organizações que reivindicam o fim do regime e batalham pela conquista de direitos, produziu uma atmosfera política que potencializou a força de luta dos movimentos sociais. Entre eles, a Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB) na bacia do rio Uruguai.

Devido à proximidade com o Sudeste brasileiro e a geografia do rio, os estudos realizados no rio Uruguai na

década de 1960 constataram que a bacia do rio Uruguai era bastante apropriada para a expansão do setor hidrelétrico. No Brasil, a mobilização dos atingidos teve como um dos berços as comunidades dos municípios atingidos pelas UHE da bacia do rio Uruguai do norte gaúcho e oeste catarinense. Nesse sentido, a CRAB surgiu no final da década de 1970 nessa região.

O caso de Itapiranga é considerado emblemático. Carrega um histórico de três décadas de resistência contra a implementação da hidrelétrica. Na perspectiva do conflito, os atingidos ignoram, ao longo do avanço do projeto, as diferenças que antes poderiam ser motivo de conflito entre os atores.

A metodologia utilizada no presente texto comprehende a revisão bibliográfica de trabalhos produzidos sobre as construções de UHEs na bacia do rio Uruguai e sobre o MAB. Também foi utilizada a observação participante em eventos que aconteceram promovidos pelo MAB, a saber, o I Seminário “Barragens”, que ocorreu na câmara de vereadores de Itapiranga (SC), no dia 23 de novembro de 2015, e o I Encontro Estadual do MAB, nos dias 22 e 23 de fevereiro de 2016. Utilizamos para a interpretação dos textos documentais e dos diversos debates ocorridos nos eventos, a metodologia de análise de conteúdo, conforme Chizzotti (1995) e Moraes (1998).

### **Referencial teórico**

O conflito social recorrente nos casos em que se encontram atingidos por barragens é entendido aqui a partir das ideias de Georg Simmel (1983, p. 120-122). O autor parte da premissa de que o conflito social reproduz-se junto às ações interativas e relacionais sociais, ou seja, a partir das relações sociais existentes no interior da sociedade. O autor desenvolve ao longo de sua obra o conceito de “sociação”, considerando que a sociedade é um produto de relações individuais. Com isso, o conceito de “sociação” é utilizado para designar as formas e os modos como os atores sociais se relacionam (SIMMEL, 1983, p. 122).

Nessa linha, para Simmel (1983, p. 122), “[...] admite-se que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações. [...] é uma forma de ‘sociação’.” Na mesma linha, Alcântara Júnior (2005, p. 2) ressalta que:

Quando considerado enquanto uma forma social, o conflito pode possibilitar momentos de construções e destruições, quer sob instituições, estruturas, arranjos, processos, relações e interações sociais. É um tempo socialmente especializado e promotor de indeterminadas *formas sociais*, e uma expressão das relações existentes entre formas e conteúdo.

Nesse sentido, os conflitos sociais são apresentados como socialmente importantes. Simmel aponta uma das virtudes do conflito como sendo o fato de que ele, o conflito, cria um “espaço”, à imagem de um palco teatral, lugar onde as partes podem encontrar-se em um mesmo plano situacional; assim, coloca-se um nivelamento (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p. 3). Uma condição indispensável para que as partes, às vezes, ásperas e diferentes possam, de fato, efetuar a trama que ele encerra. É um ato que combina e, em outros momentos, proporcionará a própria superação das diferenças dos participantes. Conforme Alcântara Júnior (2005, p. 3):

[...] o conflito social contém a característica de constituir-se num espaço social, que o confronto é um ato de reconhecimento e, ao mesmo tempo, produtor de um metamorfismo entre as interações e as relações sociais daí resultantes. Uma outra característica positiva atribuída, residiria no fato de superar os hiatos e os limites socialmente estabelecidos pelos intervalos dicotomizados, ou mesmo, as desigualdades sociais produzidas e estruturadas pelos resultados dos entrelaçamentos ocorridos na sociedade. Para Simmel, o conflito é a substância existente nas mais diversas relações entre os indivíduos na sociedade.

Podemos compreender, com isso, a capacidade do conflito de resolver tensões entre contrastes, ou seja, devido à sua condição de permitir que os atores envolvidos, por mais

antagônicos que sejam, desfrutem da mesma “plataforma de atuação”.

Na perspectiva da “oportunidade política”, a pergunta fundamental é por qual motivo as pessoas comuns começaram ir às ruas lutar pela ampliação ou garantia de seus direitos? Tal questão vem sendo discutida por estudiosos com grande intensidade, principalmente a partir das Revoluções Francesa e Industrial e, além da atenção de intelectuais, tal fato chama atenção principalmente das elites que percebem sua estabilidade política ameaçada pelas mobilizações populares.

Foi em meados dos anos 1970, em pleno regime militar brasileiro, que muitas mobilizações populares se desencadearam. A luta contra o fim da ditadura, melhores condições de vida e a busca pelos direitos que regem a cidadania foram pautas que se espalharam por quase todo o território nacional. Encontram-se entre as mobilizações grupos de professores, sem-terra, agricultores, atingidos por barragens, metalúrgicos etc. Em ambas as reivindicações, ao menos um denominador comum pode ser encontrado: o questionamento ao Estado. Tal ideia é apresentada nos estudos de Tarrow (2009), fruto de uma linha de pensamento que defende que as oportunidades e restrições políticas podem proporcionar uma força maior (ou menor) para grupos que lutam por determinadas pautas. As oportunidades políticas potencializam a capacidade de mobilização de grupos que, apesar de terem pautas diferentes, possuem o mesmo objetivo: pressionar o Estado. O conceito de oportunidade política é uma dimensão consistente – “[...] mas não necessariamente formal ou permanente – do ambiente político que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (GAMSON; MEYER, 1996 apud TARROW, 2009, p. 105).

Segundo Tarrow (2009, p. 107):

As oportunidades políticas podem não estar todas visíveis ao mesmo tempo para todos os potenciais desafiantes. [...] em sua maioria, as oportunidades e restrições políticas são situacionais e não podem

compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais, ideológicos e organizacionais.

Por se tratar de oportunidade política, no contexto da ditadura militar, a partir das aberturas políticas iniciadas com o presidente Ernesto Geisel em 1974, fica evidente que uma atmosfera de oportunidades políticas se criou no País, permitindo que movimentos sociais ganhassem força na luta pela conquista de seus direitos.

Entre os elementos da teoria da oportunidade política, é válido destacar, neste trabalho, diante do recorte a que ele se detém, o da *Repressão e Facilitação*. Assim, “[...] repressão é qualquer ação de outro grupo que aumenta o custo da ação coletiva do opositor. Uma ação que diminua o custo da ação coletiva do grupo é uma forma de facilitação” (TILLY, 1978 apud TARROW, 2009, p. 10).

Portanto, “[...] a repressão é o destino mais provável para os movimentos que clamam por mudanças fundamentais e ameaçam as elites do que para os grupos que fazem reivindicações modestas” (GAMSON, 1990 apud TARROW, 2009, p. 10).

### **Estruturação do setor elétrico na bacia do rio Uruguai**

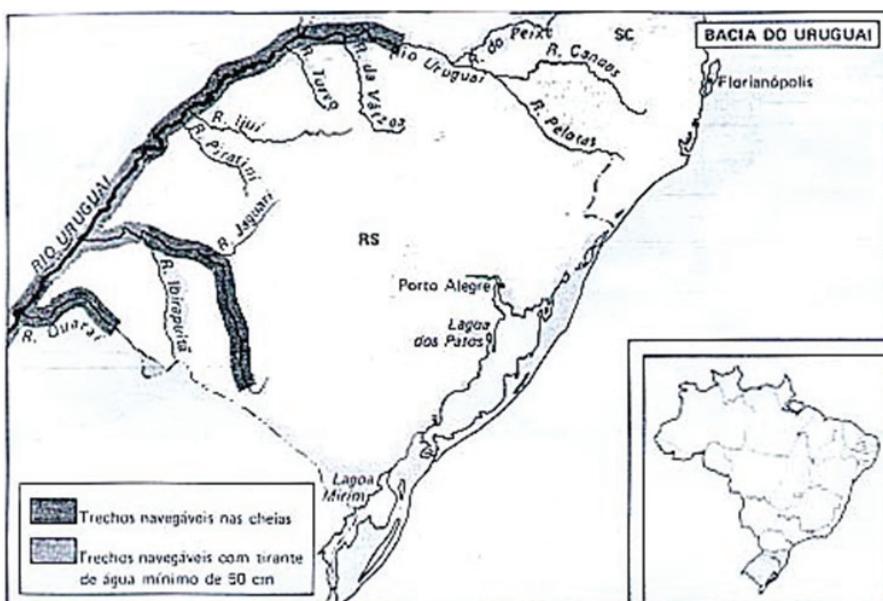
A infraestrutura é um dos pilares do desenvolvimento de qualquer nação ao passo que possibilita o acesso ao lazer, à educação, à saúde e ao saneamento, o deslocamento de cargas e pessoas, o movimento de máquinas, indústrias, automóveis e bens de consumo duráveis. O setor energético é um dos mais sensíveis no mundo contemporâneo, em função da crise da matriz petrolífera, causada pela escassez e pelo encarecimento do petróleo e, de outro lado, porque é intensivo em capital e tecnologia que exigem grandes investimentos para produzir qualquer incremento na oferta. Notoriamente, é um setor extremamente impactante no que diz respeito ao meio ambiente e aos segmentos sociais atingidos.

No Brasil, a produção energética a partir das usinas hidrelétricas data do final do século XIX, a partir de

investimentos privados de energia elétrica, cujos excedentes eram repassados para o poder público local manter uma rudimentar iluminação pública e/ou movimentar bondes de transporte, processo que perdurou até a década de 1930.

De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o rio Uruguai começa na confluência dos rios Pelotas e Canoas, com direção leste-oeste, dividindo os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina em uma distância de aproximadamente 400 km que “compreende o alto Uruguai”, trecho de maior declividade do rio. “Com aproximadamente 1.300 km, o Rio Uruguai nomeia a bacia que abrange uma área de aproximadamente 384.000 Km<sup>2</sup>, dos quais 176.000 Km<sup>2</sup> situam-se em território nacional sendo 46.000 Km<sup>2</sup> no estado de Santa Catarina e 130.000 Km<sup>2</sup> no Rio Grande do Sul” (ANEEL, 2013). O fato de a bacia do rio Uruguai estar localizada próxima aos estados da região do Sudeste brasileiro, maior consumidores de energia elétrica, despertou o interesse do setor hidrelétrico.

Figura 1 – Bacia do rio Uruguai



Fonte: Ecologia (2016)<sup>1</sup>.

1 Disponível em: <<http://www.ecologia.ufrgs.br>>.

Durante a década de 1960, muitas concessionárias aglutinaram as iniciativas no setor energético do Sul brasileiro, dando um corpo ao setor elétrico. Posto isso, tanto a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), do lado gaúcho, quanto a Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC), do lado catarinense da bacia, não possuíam capacidade estrutural para acompanhar aos anseios de planificação integrada da exploração dos recursos energéticos no Sul brasileiro. Dessa forma, a década de 1960 foi marcada pelo início dos trabalhos da Eletrosul Centrais Elétricas S.A., integrante do sistema Eletrobras (ROCHA; PASE; LOCATELLI, 2014, p. 42-43).

Com uma década de atividades no Sul brasileiro, a Eletrosul realizou estudos para atualizar a condição energética da bacia do rio Uruguai. Em 1979, foi apresentado um plano para a exploração hidrelétrica da bacia que previa a instalação de 25 hidrelétricas, sendo 22 usinas, entre estas, a de Itapiranga, no território nacional, e outras três em parceria com a Argentina no curso médio do rio.

Para além da dimensão técnica, as iniciativas desenvolvidas pela Eletrosul foram responsáveis por um “papel pedagógico” (SANTOS; NACKE, 2002 apud ROCHA; PASE; LOCATELLI, 2014, p. 42-43) na bacia do rio Uruguai, pelo fato de que as populações locais passaram a se mobilizar em virtude dos impactos dessas obras sobre suas vidas, o que foi reforçado pelas notícias da situação dos “alagados” pela UHE Passo Real (1973) e os “expropriados” pela UHE Itaipu.

### **O Movimento dos Atingidos por Barragens na bacia do rio Uruguai**

A organização dos atingidos por barragens teve seus primeiros passos datados ainda no final da década de 1970 durante a ditadura militar. Conforme mencionamos anteriormente, foi no contexto da luta da retomada dos direitos que surgiram várias organizações e aconteceram lutas sociais, em decorrência do quadro de oportunidade política daquele contexto. Organizações como o MAB, os Trabalhadores dos

Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e o movimento das “Diretas já!” são alguns dentre os protagonistas desse período.

Figura 2 – Movimentos sociais na década de 1980



Fonte: Cafepasa (2013).

A História do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) está interligada diretamente aos planos de expansão do setor elétrico brasileiro, projetados a partir da década de 1960 e implementados nas décadas posteriores. A formação e a organização do MAB se efetivaram contextualizadas com o processo político, social e econômico ocorrido no Brasil a partir do final da década de 1970 e, ao se aproximar dos 30 anos de existência, vem se caracterizando como um movimento que reprova o modelo de desenvolvimento atual e propõe novas alternativas para a geração de energia elétrica no País.

O novo modelo energético proposto pelo Estado como forma de desenvolver o setor industrial, especialmente na região Sudeste do Brasil, previa a construção de grandes usinas hidrelétricas no País. Na bacia do rio Uruguai, por seu relevo acidentado, em forma de vales, entre as obras prioritárias para o início da década de 1980 estava às barragens de Machadinho/RS e de Itá/SC.

Os grandiosos projetos e a ausência de um plano de desapropriação e reassentamento foram um marco para o início do processo de organização dos colonos atingidos e para a criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), em 1979, na região do alto Uruguai. A partir daí, na região do alto Uruguai tornam-se comuns protestos, trancamentos de estradas, ocupações das usinas em construção e confrontamentos entre os colonos e atingidos e a brigada militar, a qual procurava defender as empresas construtoras (TEDESCO; CARINI, 2010, p. 147).

Passadas mais de duas décadas, os desafios atuais do MAB perpassam a realidade dos colonos reassentados ou dos colonos situados em áreas com futuros projetos hidrelétricos. O setor energético brasileiro, que está sob o controle de empresas nacionais e internacionais, o alto valor pago pela energia elétrica pelos consumidores urbanos e rurais, bem como o processo de privatizações dos recursos naturais brasileiros, como é o caso da companhia vale do Rio Doce, são elementos que estão na pauta como temas atuais e direcionam a atuação do MAB, a qual que busca promover um debate e a mobilização de diferentes setores da sociedade brasileira.

Nesse sentido, podemos afirmar que o MAB “[...] surge com a finalidade de ampliar a força política para disputar a forma de tratamento social da população atingida, buscando o direito de defender as diversidades sociais, culturais e biológicas da região” (SEMINOTTI, 2012, p. 162).

É nesse contexto que está inserida a proposta de instalação da UHE Itapiranga. Segundo o projeto, a usina terá seu eixo localizado no rio Uruguai, na divisa entre Itapiranga e Pinheiro do Vale/RS. Terá um eixo de 560 m de comprimento e 36 m de altura da crista da barragem (DESENVIX, 2014, p. 14). A mesma comportará cinco turbinas do tipo Kaplan. Seu reservatório atingirá uma área equivalente a 61 km<sup>2</sup>. Com comprimento de 110 km, a barragem atingirá os municípios de Itapiranga, São João do Oeste, Mondaí e Vicente Dutra, em Santa Catarina; enquanto no lado gaúcho atingirá Pinheiro do Vale, Caiçara e Vista Alegre (LETURCQ; FUSIEGER;

SANTOS, 2014, p. 177). De acordo com a pesquisa de Leturcq, Fusieger e Santos (2014, p. 177):

O projeto original da barragem de Itapiranga, previa uma altura de 57 m, com uma potência de 936 MW e uma área de reservatório de 142 KM<sup>2</sup>. Mas este projeto original foi modificado, por motivos econômicos e políticos e, segundo o líder local do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), A. Mossmann, durante diversas reuniões, e principalmente uma em Brasília com um ministro, o povo da região demonstrou sua determinação a não aceitar construção de uma usina em Itapiranga.

Atualmente, com seu projeto apresentado pela Engevix, em 2004 a barragem de Itapiranga apresenta as seguintes dimensões técnicas:

**Figura 3 – Recorte da cartilha de apresentação da UHE**

<b>UHE Itapiranga</b>
<b>Capacidade instalada: 725 MW (5 unidades)</b>
<b>Energia assegurada: 380,6 MW médios</b>
<b>Altura da barragem: 36 metros</b>
<b>Comprimento da barragem + vertedouro: 1.100 metros</b>
<b>Área do reservatório: 6.080 hectares</b>
<b>Área da calha do rio: 3.240 hectares</b>
<b>Áreas de terras inundadas: 2.840 hectares</b>

Fonte: Desenvix (2014, p. 14).

Ao passo que as obras eram propostas para Itapiranga, a mobilização social também aconteceu. A colonização europeia, predominante na região, teve início a partir do século XIX. O alicerce principal desse movimento populacional foram os problemas econômicos e sociais na Europa; em seguida, os problemas políticos (guerras, o processo de unificação e de divisão dos estados). O principal objetivo desses migrantes era

a busca de terras e oportunidades novas para reconstruir a vida (LETURCQ; FUSIEGER; SANTOS, 2014, p. 170).

Em 10 de abril de 1926, um grupo de agricultores alemães chefiado pelo padre Max Von Lassberg, vindo do Rio Grande do Sul, navegando pelo rio Uruguai, chegou à colônia de Porto Novo (mais tarde, Itapiranga). As terras da colônia pertenciam ao município de Chapecó/SC, e a denominação Porto Novo se deu pelo fato de existir uma colônia chamada Porto Feliz a 60 km de distância (LETURCQ; FUSIEGER; SANTOS, 2014, p. 172).

Dentro do quadro institucional, a Eletrosul podia construir a barragem de Itapiranga. Mas esse projeto não se concretizou nas décadas de 1980 nem de 1990, pois a Eletrosul concentrou-se em outro projeto (Itá) além da resistência das comunidades locais na região de Itapiranga (LETURCQ; FUSIEGER; SANTOS, 2014).

Os estudos técnicos e socioambientais e os conflitos políticos e sociais que envolvem a construção da barragem de Itapiranga já ocorrem há mais de três décadas. O desgaste promovido por esse impasse fica bastante evidente diante dos relatos de todos os atores envolvidos. Foram pelo menos três investidas por parte dos propositores dessa obra para tentar iniciar e dar sequência à construção da barragem desde o início do projeto, em meados da década de 1980.

Devido à contrariedade dos atingidos de Itapiranga ante a construção da barragem e possível perda de propriedades, indenização injusta e destruição do patrimônio histórico-cultural da cidade, a união entre os atingidos por barragens de Itapiranga é bastante coesa. Vale ressaltar que, na perspectiva de Simmel, a condição de atingido dos itapiranguenses permite que esses possuam a mesma “plataforma de atuação” (ALCÂNTARA JÚNIOR, 2005, p. 3), procurando, assim, organizar-se para atingir o mesmo alvo na busca pelos seus direitos. Várias reuniões entre o MAB e as empresas responsáveis pela construção da usina receberam o apoio da prefeitura para a luta contra a construção. Reuniões entre envolvidos, audiências públicas e seminários aconteceram

nesses 30 anos de projeto da UHE, na tentativa de impedir a continuação do projeto ou transformá-lo. É válido ressaltarmos que uma comissão de vereadores, criada no final de 2012, surgiu para acompanhar a criação da usina hidrelétrica de Itapiranga. A comunicação, ou falta dela, é outro elemento que está presente em Itapiranga – assim como em diversas outras usinas. E muitos moradores da cidade não sabem a real situação do projeto de construção da futura UHE.

É válido ressaltarmos que, durante o processo de criação e consolidação da resistência em Itapiranga em meados dos anos 1980, até os dias atuais, o conflito entre atingidos e Estado transformou-se em atingidos e setor privado. Essa mudança ocorreu devido às privatizações do setor elétrico brasileiro, iniciadas a partir de uma Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que oferecia as linhas gerais para as concessões dos serviços públicos, que tiveram, na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, definidas as normas para outorga e prorrogações das concessões específicas para o setor hidrelétrico (BRASIL, 1995a, 1995b). Segundo essa legislação, o Estado assume definitivamente a condição de parceiro da iniciativa privada na instalação de hidrelétricas, o que, no governo Lula, foi ratificado por meio da Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, a qual estabelece as normas gerais para as Parcerias Público-Privadas (PPP) (BRASIL, 2004).

### **Considerações finais**

Os atingidos por barragens pactuam do mesmo interesse: garantir que seus direitos sejam respeitados. Essa condição condiciona para que, no conflito, diante do seu “adversário”, contrastes que antes proporcionavam outros conflitos, sejam ao menos, momentaneamente, “deixados de lado” em prol de um objetivo maior.

Durante os mais de 30 anos de resistência em Itapiranga, o “adversário” dos atingidos mudou. Quando o projeto das 25 UHEs na bacia do rio Uruguai foi lançado, o sistema hidrelétrico brasileiro era responsabilidade estatal. A partir

dos anos 1990, a divisão do setor fez com que os atingidos repensassem suas estratégias de luta, pois o “adversário” se transformou.

Os desafios atuais transcendem as lutas pontuais das décadas passadas e ganham maior dimensão. O MAB tem posição contrária quanto aos futuros projetos do governo brasileiro de construção das grandes barragens.

Podemos concluir que a usina de Itapiranga é uma marca territorial invisível. Sem ser construída, a usina de Itapiranga é um fator de ação ou de não ação em muitos elementos que compõem a sociedade desde os anos 1970. Assim, podemos destacar a economia local que se desenvolveu particularmente, mas fica ameaçada pelos possíveis efeitos negativos de uma UHE.

## Referências

ALCÂNTARA JÚNIOR, José. Georg Simmel e o Conflito Social. **Caderno Pós Ciências Sociais**, São Luís, v. 2, n. 3, p. 7-15, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/viewFile/222/154>>. Acesso em: 7 set. 2016.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. **A Bacia do Rio Uruguai**. 2013. Disponível em: <[www.aneel.gov.br/area.cfm?id\\_area=111](http://www.aneel.gov.br/area.cfm?id_area=111)>. Acesso em: 10 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 14 fev. 1995a. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8987compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 8 jul. 1995b. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9074cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074cons.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no

âmbito da administração pública. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 31 dez. 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l11079.htm)>. Acesso em: 10 set. 2016.

CAFE PASA. **Movimentos sociais na década de 1980**. 2013. Disponível em: <<http://cafepasa.blogspot.com.br>>. Acesso em: 10 set. 2016.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

DESACATO.INFO. **I Encontro Estadual do MAB reforça a não implantação da hidrelétrica em Itapiranga-SC**. 2016. Disponível em: <<http://desacato.info/i-encontro-estadual-do-mab-reforca-a-nao-implantacao-da-hidreletrica-em-itapiranga-sc/>>. Acesso em: 5 out. 2016.

DESENVIX. **Cartilha de apresentação da UHE Itapiranga**. 2014.

ECOLOGIA. **Bacia Hidrográfica**. 2016. Disponível em: <<http://www.ecologia.ufrgs.br/lagoguaiba/bacia.htm>>. Acesso em: 8 out. 2016.

LETURCQ, Guilherme; FUSIEGER, Andressa; SANTOS, Daniel de Souza. A usina hidrelétrica de Itapiranga, entre passado, realidade e expectativas. In: ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos. **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014. p. 165-188.

MORAES, Roque. Uma experiência de pesquisa coletiva: introdução à análise de conteúdo. In: GRILLO, Marlene Correro; MEDEIROS, Marilú Fontoura de Medeiros. **A construção do conhecimento e sua mediação metodológica**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998. p. 25-31.

ROCHA, Humberto; PASE, Hemerson; LOCATELLI, Carlos. **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2014.

SEMINOTTI, Jonas. O movimento dos atingidos por barragens: origem e atuação (1979-2008). In: PASE, Emerson et al. **Estado, Democracia e hidrelectricidade no Brasil**. Pelotas: Ed. UFPel, 2012. p. 155-182.

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento**. São Paulo: Vozes, 2009.

**Submetido em:** 20/07/2017  
**Aceito em:** 30/07/2017

## RIEF HISTORICAL OUTLOOK OF THE MOVEMENT OF THE DAMAGED MOVEMENTS (MAB) IN THE URUGUAY RIVER BASIN AND THE CONFLICT OF THE FUTURE HYDROELECTRIC POWER PLANT IN ITAPIRANGA (SC)

### Abstract

The Movimento dos Antigos por Barragens (MAB) finds parts of its roots in Uruguay river basin. Due to the proximity to southeast of Brazil and to the river's geography, the studied performed in Uruguay river in the 1960's verified that the Uruguay river basin was quite appropriate for the expansion of the hydroelectric sector. The social process corresponding to the hydroelectricity in Brazil is marked by paradoxes such as an economic development measured by the expansion of the park generator, which, prevailing the hydroelectric matrix, is a contrast with the flooding of thousands of kilometres where local communities that were compulsory relocated live. The organization of those who suffered from the dams have their first steps with a date set still by the end of the 1970's, during military dictatorship. It is under the returned context of the fight for political and civil rights that several organizations and social fights emerge. The technical and social-environmental studies, as well as the political and social conflicts that involve the construction of the Itapiranga dams have been occurring for over three decades. The wear generated by this obstacle becomes evident before stories of all those who were involved. The methodology used in this job consists of bibliography revision and academic productions about the constructions of the UHEs in the Uruguay river basin and about the MAB. We also used the participant observation in events organized by the movement. We interpret the documents and the debates that occurred during events and activities of MAB from the methodology of content analysis, according to Chizzoti (1995) and Moraes (1998).

**Keywords:** Uruguay River. MAB. UHE Itapiranga. Social Conflict. Political Opportunity.